



# Notícias TCE

Órgão Informativo do Tribunal de Contas do Estado de Goiás - Nº 43

## Concurso para Procurador de Contas e Auditor



O Tribunal de Contas do Estado (TCE) pretende realizar concurso público para preencher seis vagas de Procurador de Contas e quatro de Auditor. O presidente Sebastião Tejeta anunciou que o Tribunal está se preparando para realizar outro concurso público, para aproximadamente 50 vagas, visando prover cargos administrativos e técnicos previstos em seu Plano de Carreira e iniciar um processo de substituição dos atuais cargos comissionados por efetivos.

O TCE encaminhou anteprojeto de lei à Assembléia Legislativa propondo alteração em sua Lei Orgânica no que se refere ao número de auditores e procuradores de contas, o que permitirá o concurso para esses cargos. No tocante ao número de auditores, o TCE apenas propõe voltar à regra original de sua Lei Orgânica que já previa sete, tendo sido alterada em 2005, com redução para quatro. "Tal modificação revelou-se estéril, já que os auditores ficaram sobrecarregados, sobretudo porque também integram o sistema de substituição de conselheiros", justifica o presidente Tejeta em ofício que será encaminhado à Assembléia.

Quanto ao cargo de Procurador de Contas, o Tribunal vê urgência na aprovação do projeto de lei, pois o Ministério Público junto ao TCE possui atualmente, em efetivo exercício, apenas um procurador de contas, o que dificulta sua atuação e o impossibilita de se ausentar das sessões, justificável que seja o motivo.

## TCE assina termo de compromisso com MP Estadual

Para o presidente do TCE, Sebastião Tejeta, o termo reflete o espírito de parceria existente entre os dois órgãos fiscalizadores. Ele aproveitou para ressaltar a validade do trabalho que vem sendo encabeçado pelo Ministério Público no combate ao nepotismo e afirmou que todos os conselheiros do Tribunal concordaram com os termos pactuados no documento.

Ressalte-se que a decisão do Tribunal de Contas do Estado foi espontânea, já que as resoluções dos conselhos federais de Justiça e do Ministério Público que determinam o afastamento de parentes de magistrados não atingem os tribunais de contas, mas tão-somente o Poder Judiciário e o Ministério Público. O TCE reconhece o anseio da sociedade por mudanças na maneira de administrar o erário e o esforço do Ministério Público de Goiás pela moralização no serviço público.



O Tribunal de Contas do Estado (TCE) e o Ministério Público Estadual firmaram termo de compromisso em que acertam a exoneração de servidores do TCE ocupantes de cargos em comissão, parentes até terceiro grau, em linha direta, e segundo grau, por afinidade, de conselheiros, auditores e procuradores de contas. O acordo vigora a partir de 31 de dezembro.

Na solenidade de assinatura do termo de compromisso, o procurador-geral de Justiça, Saulo de Castro, enfatizou que o ato do Tribunal representa um momento histórico no serviço público não só goiano, mas em nível nacional, e destacou que o documento estabelece regras claras para a gestão de pessoal no que se refere ao nepotismo. Saulo também elogiou as medidas tomadas pela corte de contas para a realização de concurso público.

|         |                             |         |                         |         |                     |
|---------|-----------------------------|---------|-------------------------|---------|---------------------|
| Pág. 02 | Cursos e treinamentos       | Pág. 03 | Balanço Geral do Estado | Pág. 04 | Prestação de contas |
| Pág. 05 | Coordenação de Fiscalização | Pág. 06 | Auditorias operacionais | Pág. 08 | Marcas do tempo     |

## Curso de Mapeamento de Processos

O Serviço de Capacitação Funcional e Qualidade do Tribunal de Contas do Estado ofereceu o curso de mapeamento de processos, direcionado a chefias e diretorias que lidam com o fluxo de processos no TCE. O treinamento faz parte do Programa de Qualidade do Tribunal.

De acordo com a consultora Darcene Arlet de Souza, que ministrou o curso, o mapeamento de processos permite compreender a forma como os processos interagem, bem como localizar falhas, avaliar atividades, otimizar e melhorar os fluxos de trabalho, identificar necessidades de redesenho ou reestruturação de áreas.

Numa segunda etapa, o Mapeamento foi feito junto às unidades, buscando a aplicação prática do que foi aprendido no treinamento.



## Palestra sobre gestão de finanças pessoais e qualidade de vida



A pedido da presidência do Tribunal de Contas do Estado de Goiás, o Serviço de Capacitação Funcional e Qualidade ministrou palestra sobre Gestão de Finanças Pessoais e Qualidade de Vida. A palestrante Elaine Toledo destacou a inteligência emocional na administração das finanças pessoais, a origem das moedas e transações monetárias e o auto-conhecimento emocional com relação ao dinheiro.



## Nota Fiscal debatida em palestra

A 6ª Divisão de Fiscalização do Tribunal de Contas do Estado, responsável pela análise da receita do Estado, realizou palestras aos servidores da 4ª e da 5ª Divisões com o tema "Nota Fiscal". De acordo com o diretor da 6ª DF, Benjamin Inácio dos Santos, os encontros atendem à determinação do presidente Sebastião Tejeta de promover a interação entre os setores de fiscalização.



## ICMS é tema de curso para servidores do TCE

Servidores das diversas divisões de fiscalização do Tribunal de Contas do Estado participaram, de 26 de setembro a 5 de outubro, de um curso de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, o ICMS, principal fonte de receita do tesouro estadual.

Promovido pela Secretaria de Estado da Fazenda, a pedido da 6ª Divisão de Fiscalização do TCE, o treinamento abrangeu também a substituição tributária, o Índice de Valor Agregado (IVA), benefícios fiscais e dívida ativa. O curso foi ministrado pelo auditor fiscal da Receita Estadual Hélio Cardoso do Amaral, com o apoio de técnicos da Sefaz.

## Expediente

**Presidente:** Sebastião Tejeta  
**Vice-Presidente:** Edson José Ferrari  
**Corregedor-Geral:** Gérson Bulhões Ferreira  
**Conselheiros:** Milton Alves, Naphtali Alves, Carlos Leopoldo Dayrell e Carla Cintia Santillo  
**Auditores:** Luiz Murilo Pedreira e Sousa, Mário Roberto Dayrell e Guilherme T. Figueiredo Valente  
**Procurador-Geral de Contas:** Fernando dos Santos Carneiro

**Direção e Coordenação:**  
**Chefe de Gabinete:** Gilvan Pires de Sousa  
**Diretor-Geral:** Solano Alves Pimenta  
**Dir. Departamento Auditoria:** Luiz Murilo Pedreira e Sousa  
**Coord. Fiscalização Estadual:** Fernando Xavier da Silva  
**Contadora Geral:** Lillianne Maria C. S. Peu  
**Sec. Geral:** Wagner Luiz P. B. Vieira



Edição: Alexandre Alfaix de Assis (JP 0079-GO)  
Redação: Comunicação/TCE  
Alexandre Alfaix de Assis e  
Leonardo Rocha Miranda (Jornalistas)  
Candice Sebba (Projeto Gráfico)  
Mônica Perillo e Leticia Pires (Relações públicas)  
José Joaquim Freitas (Revisão)  
Fone/Fax: (62) 3201-9190 - imprensa@tce.go.gov.br

Este jornal é de responsabilidade do  
Tribunal de Contas do Estado de Goiás.  
Pça. Dr. Pedro Ludovico Teixeira, 332, Centro. CEP:74003-030  
Fone: (62) 3201.9000 - www.tce.go.gov.br

## Jornal Mural do TCE vai se chamar "Acontece"

# ACONTECE

**Acontece.** Esse foi o nome escolhido, de uma lista de quatro finalistas, pela equipe de Comunicação do Tribunal de Contas do Estado para o seu jornal mural, que é afixado no hall do Bloco C do TCE. O nome foi proposto pela servidora Idelma Mendes, que teve direito a um prêmio oferecido pela artista plástica e servidora do Tribunal, Norma Caiado, com entrega feita pelo conselheiro Gérson Bulhões.

O Jornal Mural, em sua 4ª edição, destaca as produções artísticas de filhos de servidores da casa e informações sobre a origem da cidade de Goiânia e sobre a Padroeira do Brasil. O informativo traz também contribuições de diversos funcionários. A coluna Talentos do TCE deste mês enfoca a pianista Laura Umbelino, filha da servidora Denise Moraes Umbelino.

A produção do Jornal Mural é da equipe de Comunicação do TCE, com edição de Mônica Perillo, projeto gráfico de Candice Sebba e coordenação de Alexandre Alfaix de Assis. A versão eletrônica do informativo está disponibilizada no site do TCE ([www.tce.go.gov.br](http://www.tce.go.gov.br)).

## Dayrell é o relator das contas do governo / 2006

O conselheiro Carlos Leopoldo Dayrell foi escolhido, por sorteio, para ser o relator do parecer prévio do Tribunal de Contas do Estado sobre as contas dos governadores Marconi Perillo e Alcides Rodrigues no exercício de 2006. A definição antecipada está prevista no regimento interno do TCE para que o conselheiro possa, desde já, se inteirar de assuntos referentes ao balanço e trocar informações com os setores técnicos da Casa.

O Balanço Geral do Estado, que contém as contas dos poderes Executivo, Legislativo, Judiciário, Ministério Público e tribunais de contas, será encaminhado ao TCE até 60 dias após a abertura dos trabalhos legislativos do ano que vem (até meados de março). O órgão fiscalizador terá, em seguida, idêntico prazo para emitir seu parecer prévio e encaminhá-lo à Assembléia Legislativa para o julgamento pela aprovação ou rejeição das contas.

Participaram do sorteio, além de Dayrell, apenas os conselheiros Milton Alves e Carla Santillo, já que os demais membros da corte já relataram as contas do Governo nos anos anteriores e o regimento interno determina a exclusão dos conselheiros que já atuaram como relatores, até que todos tenham sido contemplados.



## Faltam parâmetros em contrato do Estado com o Itaú



O Tribunal de Contas do Estado (TCE) determinou à Secretaria da Fazenda estudos técnicos e mercadológicos que ofereçam parâmetros que balizem o valor da contrapartida proposta pelo Banco Itaú S/A

para continuar prestando serviços de recebimento de receitas estaduais, pagamento de servidores e fornecedores do Estado de Goiás. A decisão foi tomada em sessão plenária pela Resolução nº 1783, relatada pelo conselheiro Carlos Leopoldo Dayrell.

O Itaú propôs pagar ao Estado, como contrapartida a título de luvas e prêmios, a quantia de R\$ 46 milhões. O contrato original, celebrado entre o Estado e o BEG em 23 de agosto de 2001, tinha vencimento previsto para 22 de agosto de 2006 e ainda não teve sua legalidade apreciada pelo TCE, o mesmo ocorrendo com o primeiro termo aditivo, celebrado em 5 de abril de 2004, prorrogando o final do contrato para 31 de dezembro de 2010.

Ao analisar os autos, o TCE verificou a inexistência de estudos técnicos e mercadológicos, elaborados por empresa de consultoria de renome nacional na área financeira. No entendimento do Tribunal, esses estudos são necessários para oferecer parâmetros de preços de mercado nessa modalidade de transação e balizar, de forma consistente, o valor da contrapartida proposta pelo Banco Itaú.

**PRORROGAÇÃO** – Com a Resolução nº 2166, relatada pelo conselheiro substituto Mário Roberto Dayrell, o TCE dilatou o prazo para os estudos da Sefaz, mantendo porém os demais termos da Resolução nº 1783.

## TCE fiscaliza nomeações de aposentados por invalidez

O Tribunal de Contas do Estado vai fazer um levantamento, no âmbito dos três poderes, sobre a existência ou não de nomeações para cargos em comissão de servidores que se aposentaram por invalidez. Requerimento nesse sentido foi feito pelo conselheiro Edson José Ferrari para que o Tribunal possa se posicionar sobre a matéria, "tendo em vista vedação legal para esse tipo de nomeação".

De acordo com o presidente do TCE, Sebastião Tejota, o requerimento do conselheiro vai ao encontro do que já foi previsto no novo sistema informatizado de Gerenciamento de Pessoal Externo (Gpex), que está sendo implantado no Tribunal, conforme recente apresentação feita pelo diretor da Divisão de Processamento de Dados, Cássio Rezende de Assis Brito.

Embora as nomeações para cargos em comissão não estejam sujeitas à apreciação do TCE, compete a ele exercer uma fiscalização e controle sobre essas nomeações, para confrontar os pagamentos realizados pela administração pública estadual, mediante a realização de cruzamentos de dados para verificar a ocorrência de alterações nas folhas, mês a mês e, com esses dados, verificar o cumprimento dos limites de

gastos com pessoal. Também compete ao Tribunal de Contas apreciar, para fins de registro, a legalidade das concessões de aposentadorias, inclusive por invalidez.

**GPEX** – O sistema de Gerenciamento de Pessoal Externo está em fase de teste final e será normatizado por resolução a ser encaminhada ao Tribunal Pleno. O GPex vai receber via internet as prestações de contas das folhas de pagamento de todos os órgãos do Estado. O cruzamento desses dados resultará em relatórios com informações que darão suporte à realização de auditorias rápidas e precisas.

Além de controlar as contratações de aposentados por invalidez para cargos comissionados, o Gpex vai permitir ao Tribunal rápido acesso a informações sobre as folhas de pagamentos quanto a quadro de pessoal, dados cadastrais de servidores, pagamentos mensais efetuados aos servidores, verificação quanto ao atendimento da Lei de Responsabilidade Fiscal sobre a folha de pessoal, contratações simultâneas de um mesmo servidor, ampliações do quadro de pessoal previsto, contratações mês a mês e acompanhamento analítico e sintético das folhas de pagamentos dos órgãos.

## Palestras da Fenastc disponíveis no Sinficon

Os servidores do TCE-GO que se interessarem em assistir a gravação das palestras e seminários realizados durante o 9º Encontro Técnico da Federação Nacional das Entidades dos Servidores dos Tribunais de Contas do Brasil (Fenastc), realizado recentemente no auditório do TCE do Mato Grosso do Sul, em Campo Grande, podem procurar o Sinficon (Sindicato dos Inspectores e Analistas de Controle Externo do TCE-GO). A entidade obteve um CD do Sindicato dos Servidores daquele tribunal contendo a íntegra do evento e que está à disposição para empréstimo e cópias.

Em Campo Grande, os servidores do TCE que participaram do encontro da Fenastc aproveitaram para conhecer o estúdio do telejornal TCE na TV daquele tribunal. De Goiás compareceram Rosemária Alencar, Edson Wander, Luiz Gonzaga Cruvinel, Jacyra Alves Mendes e Liliâne Perilo.

# 2006

## TCE buscou ser simples, útil e rápido



Quando tomou posse na presidência do Tribunal de Contas do Estado, o conselheiro Sebastião Tejeta declarou como meta em sua administração tornar o TCE simples, útil e rápido. Para isso, logo de início adotou novos métodos e rotinas de trabalho, a começar por constantes reuniões em que cada diretor e chefe pôde fazer avaliações de seu setor e ter uma noção global das atividades do Tribunal.

Em 2006, o TCE inovou ao criar em sua estrutura organizacional uma divisão para cuidar exclusivamente da receita do Estado. A 6ª Divisão de Fiscalização tem a missão de acompanhar, fiscalizar e controlar a receita, exercendo todas as ações necessárias a evidenciar o desempenho da arrecadação, previsão, renúncia, fiscalização e recebimento das receitas tributárias e de contribuições.

Numa demonstração de zelo pela legalidade na aplicação dos recursos públicos, o Tribunal determinou, cautelarmente, a suspensão temporária de licitações até que fossem sanadas suas deficiências, falhas e irregularidades, a exemplo do que ocorreu com os concursos públicos da Saneago, da Aganp e de concorrência da Agetop. O TCE acompanhou passo a passo a realização desses concursos, intermediando, inclusive, a negociação entre os aprovados no concurso da Aganp e a presidência da Agência o prazo para a elaboração de

um cronograma de contratação.

As Auditorias de Natureza Operacional (Anop) elegeram oito programas de governo para serem fiscalizados este ano. Os resultados apresentaram achados e propostas de correções de rumos que darão respaldo à melhoria das ações governamentais. Uma novidade este ano foi a utilização de profissionais da área de saúde – médicos e odontólogos – na Anop realizada no Ipasgo.

Um cuidado especial foi dado às fiscalizações de obras públicas, com inspeções in loco visando a aferição de todos os passos do investimento público.

## Imagem é tudo

Outra preocupação do Tribunal foi com relação à sua imagem. Tanto que buscou reforçar a equipe de Comunicação, propiciando, dentre outras ações, o lançamento de duas novas mídias, uma para o público interno, o Jornal-Mural, outra buscando atingir a sociedade em geral, o programa de telejornalismo TCE na TV. O presidente Sebastião Tejeta fez questão de estar sempre disponível para prestar declarações à imprensa com relação aos atos do Tribunal e assuntos de interesse da sociedade goiana.

O Tribunal aproximou-se dos poderes constituídos, buscando parcerias institucionais com o Gabinete do Controle Interno, com o Ministério Público e com o Tribunal de Contas da União. Esse trabalho de integração foi fundamental no momento de obter a aprovação da lei que regulamenta o Fundo de Modernização do Tribunal, a aplicação da segunda etapa do Plano de Carreira e Quadro Permanente do órgão com o pagamento da gratificação de desempenho, e a criação da 6ª Divisão de Fiscalização.

Convênio com o Ministério do Planejamento, com Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), com a Associação Nacional dos Tribunais de Contas (Atricon) e com o Instituto Rui Barbosa (IRB) foram firmados este ano, propiciando investimentos em alguns setores da casa. É o Promoex – Programa Nacional de Modernização do Sistema de Controle Externo dos Estados, Distrito Federal e Municípios Brasileiros.

A área de informática recebeu atenção especial, com a implantação ou ampliação de sete sistemas que gerenciam as atividades do Tribunal: a digitalização dos documentos (GPro), Gerência de Rol de Responsáveis (GRol), Gerência de Boletos (GBol), Gerência de Orçamentos (GOrc), Gerência de Pessoal Externo (GPex), Gerência de Apoio ao Controle Externo (GAce) e Gerência do Financeiro (GFin).

Internamente, o presidente Tejeta participou de várias reuniões com os servidores e com suas entidades representativas nas suas sedes ou na Presidência. Esteve presente a



evento promovido pelo Sercon (Sindicato dos Servidores); assim como à eleição para a renovação da diretoria do Sinficon (Sindicato dos Inspectores e Analistas do Controle Externo); concedeu espaço para a sede da Associação dos Servidores Aposentados e Pensionistas.

O Tribunal Pleno autorizou a presidência a realizar concurso público para preencher seis vagas de Procurador de Contas e quatro de Auditor. O concurso vai suprir uma lacuna existente no Ministério Público Especial, que está representado atualmente por um único procurador, o que vem ocasionando acúmulo, e conseqüente atraso nos processos do TCE.

## Qualidade pra valer

O Programa de Qualidade do Tribunal de Contas do Estado foi outra prioridade. Tanto que este ano o planejamento estratégico do órgão foi iniciado e encontra-se praticamente concluído. O TCE participou do Programa de Qualidade do Governo de Goiás; a gestão de 2006 pretende fazer com que no ano que vem o órgão receba um troféu pelos avanços conquistados.

Foram realizadas dezenas de cursos, desde os mais técnicos e específicos, como os de pavimentação, ICMS, estatística, tomada de contas especial, orçamento de obras, comitê da qualidade, mapeamento de processos, até os mais abrangentes, como os de atendimento ao público e comunicação, gestão de finanças pessoais, motivação e trabalho em equipe, informática básica, open-office, e palestras sobre saúde mental, problemas neurológicos, primeiros socorros e automedicação, estas promovidas pela PM-GO.

Os servidores do Tribunal também participaram de congressos, seminários e visitas técnicas em vários estados brasileiros. Isso permitiu que obtivessem uma visão mais ampla de suas atividades, conhecendo experiências bem-sucedidas e técnicas consagradas para a utilização em sua prática profissional.

Os técnicos do TCE também estiveram prontos a atender à demanda externa, já que foram realizados cursos sobre fundos rotativos para a Polícia Militar, palestra sobre Anops aos alunos de Ciências Contábeis da UCG e treinamento aos diversos órgãos, sobre sistema de cadastro de autoridades do Tribunal.

Na área social, o Tribunal fez, à Agência Prisional e secretarias diversas, doação de equipamentos não utilizados, principalmente de informática. Para se ter uma idéia do alcance social do ato, na Agência Prisional, os micros passaram a ser utilizados em escolas de informática, permitindo que os reeducandos sejam inseridos na era digital.

Em agosto/setembro, aproveitando os festejos de aniversário do TCE, foram promovidos eventos envolvendo servidores e prestadores de serviço em atividades sociais, culturais e esportivas. Na oportunidade, foram entregues medalhas a seis servidores, ativos ou inativos, que se destacaram por seus méritos profissionais.

Administrativamente, o Tribunal buscou limitar todas as suas despesas, desde o consumo de energia e uso de telefones até a entrega de encomendas e

correspondências, com a utilização de três motocicletas. Este ano o TCE extinguiu suas inspetorias regionais de controle externo, para a redução das despesas de custeio.

Para fechar o ano, o TCE chegou a um entendimento com o Ministério Público Estadual, assinando um termo de compromisso que atende aos anseios da sociedade por mudanças na maneira de administrar o erário, com o anúncio da exoneração de servidores do TCE ocupantes de cargos em comissão parentes até terceiro grau, em linha direta, e segundo grau, por afinidade, de conselheiros, auditores e procuradores de contas.

Por todo o exposto, a conclusão é que, de fato, o Tribunal atingiu este ano o objetivo proposto pelo presidente e foi simples, útil e rápido.

#### As ações

- Reuniões de trabalho;
- Reuniões com as entidades de servidores;
- 6ª Divisão (Fiscalização da Receita);
- Suspensão cautelar de concursos públicos;
- Fiscalização de obras públicas;
- TCE na TV;
- Jornal-Mural;
- Integração com os poderes, com o MP, TCU e Geconi;
- Promoex;
- Sistemas informatizados;
- Preparação para concurso público para procuradores e auditores;
- Planejamento Estratégico;
- Qualidade;
- Treinamento para servidores e público externo;
- Promoção social;
- Extinção das inspetorias regionais;
- Serviço de entrega de correspondência com três motos;
- Acordo com o MP na questão do nepotismo.



## Tomada de Contas Especial na SES-GO (2ª DF)

A 2ª Divisão de Fiscalização instaurou tomada de contas especial na Secretaria da Saúde, com o objetivo de verificar a procedência de denúncias de irregularidades: superfaturamento e favorecimento nas compras de remédios do Programa de Medicamentos Excepcionais de Alto Custo, com recursos da União e do Estado. Ficou constatado que houve dano ao erário em face da realização de ato antieconômico, danoso e pouco racional, mesmo amparado por lei e visando o interesse público.

Em face disso, foi recomendada à SES-GO, dentre outras providências, a aquisição de medicamentos de alto custo diretamente dos fabricantes (laboratórios), o que sem dúvida diminuirá o seu preço.

(O processo de inspeção foi protocolado sob o nº 25103768/04, relator Conselheiro Naphtali Alves de Souza e encontra-se em trâmite no Tribunal – Maria Delcy)

E CFE CFE CF  
CFE CFE CFE  
INFORMATIVO  
CFE

Resp. Dulce Abreu

## Palmeiras de Goiás ganhará Centro Cultural (2ª DFENG)



Em uma área de 2.050 m2 às margens do lago ornamental de Palmeiras de Goiás, será construído um Centro Cultural que terá uma excelente infra-estrutura para atender as necessidades da região. Constará de um bloco com auditório para 350 pessoas, camarins, sanitários, bilheteria e um segundo bloco que abrigará secretarias, bibliotecas, ateliê, restaurante, galeria de arte com bar executivo, copa, cozinha e vestiários.

A obra foi licitada mediante concorrência pública e o contrato firmado entre a AGEPEL e a empresa CCB (Construtora Central do Brasil Ltda).

Após vistoria "in loco", feita pela 2ª Divisão de Fiscalização de Engenharia, foi constatado que os serviços executados atendem aos projetos, especificações e forma executiva. (O Relatório encontra-se em andamento no TCE sob n.º 200600047004165, atendendo determinação exarada pelo Conselheiro Presidente Sebastião Tejota).

## CURIOSIDADE:

Você sabia que a cada segundo que pressionamos a descarga são gastos dois litros de água? E que uma torneira aberta gasta de 12 a 20 litros de água por minuto? E, se estiver pingando, serão 46 litros de água desperdiçados todo dia? E, ainda, que em um banho de cinco minutos são consumidos, em média, 60 litros de água? Pense bem: economize água...

## Simpósio discute controle interno nas obras públicas

As engenheiras Letícia Jardim de Paiva e Zaquia Sebba Carrijo, diretoras das divisões de Engenharia do TCE-GO, participaram do 11º Simpósio Nacional de Auditoria de Obras Públicas (Sinaop) realizado pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná em parceria com o Instituto Brasileiro de Obras Públicas (Ibraop), de 6 a 10 de novembro, em Foz do Iguaçu.

O simpósio teve como tema central "A Importância do Controle Interno no Combate à Corrupção em Obras Públicas: a Visão dos Tribunais de Contas". O evento debateu soluções para um maior controle e uniformização de mecanismos de fiscalização de obras. Dentro da programação foram apresentadas conferências e painéis específicos sobre o controle de obras públicas, com discussão de métodos e procedimentos de auditoria em obras públicas, licitações e contratos de obras, qualidade das obras, obras paralisadas, responsabilidade dos auditores, controle social, economicidade, meio ambiente e saneamento. Houve, também, visita técnica à central hidrelétrica de Itaipu.

As diretoras ressaltam a importância da participação do TCE-GO nesse evento, em virtude da troca de informações entre os diferentes TCEs, na tentativa de obter estruturas semelhantes de controle das verbas em obras públicas.



# ANOP



## TCE mostra resultado de quatro auditorias em programas de governo

Superlotação, condições inadequadas dos veículos, tempo prolongado no deslocamento dos alunos e fragilidade na fiscalização e monitoramento do transporte da zona rural. Esses foram alguns dos "achados" da Auditoria de Natureza Operacional (Anop) no programa Integração Escola Comunidade, da Secretaria de Estado da Educação realizada este ano pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE). A apresentação dos resultados desta Anop e de outras três, realizadas nos programas Goiás Pavimentado (Agetop), Aperfeiçoamento dos Serviços do Ipasgo e Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água (Saneago) foi feita no dia 8 de novembro no plenário do Tribunal.

O presidente do Tribunal de Contas do Estado, conselheiro Sebastião Tejeta, vai levar pessoalmente ao governador Alcides Rodrigues os resultados das Anops realizadas pelo TCE em oito programas de governo. As Auditorias operacionais, adotadas pelo órgão fiscalizador goiano há três anos, avaliam o desempenho desses programas e aferem se os objetivos para os quais foram criados estão sendo atingidos, o alcance social, o custo-benefício, aponta os pontos fortes e fracos e apresenta sugestões para corrigir as falhas detectadas.

**CORREÇÕES** - De acordo com o presidente Tejeta, as Anops dão sustentação aos programas de governo elaborados e executados pelo Poder Executivo ao propor correções de rumos e apontar os procedimentos que estão dando certo e, também, servem como referência ao Legislativo ao aferir o que de fato tem sido utilizado do orçamento aprovado por aquele Poder para cada ação governamental.

As Anops são feitas no âmbito da Coordenação de Fiscalização Estadual, sob a direção de Fernando Xavier da Silva. A 1ª Divisão de Fiscalização, dirigida por Marcelo Moura, é responsável pelas auditorias na Secretaria de Saúde e no Ipasgo, enquanto que a 2ª Divisão, dirigida por Maria Delcy Meireles Rocha, cuida das Anops na Agetop e na Saneago. A supervisão técnica de todas as Anops é de Selva Cavalcanti.

### Transporte escolar na zona rural

A apresentação dos resultados da Anop no programa Integração Escola Comunidade foi feita pela supervisora de fiscalização Liliane Moraes Perilo. Ela explicou que o objetivo da auditoria é verificar em que medida o transporte escolar oferecido aos alunos da rede estadual de ensino residentes na zona rural atende ao que foi estabelecido pelo programa. Os técnicos do Tribunal visitaram 14 municípios entrevistando prefeitos, secretários municipais e motoristas. Também foram utilizadas outras técnicas de pesquisa como o grupo focal e questionários.



No caso do transporte escolar, o Tribunal recomendou à Secretaria de Educação que, com o apoio das prefeituras municipais, crie mecanismos que possibilitem a identificação dos alunos transportados, instale placas indicativas nos veículos proibindo os "caronas", disponibilize pessoal para monitorar os veículos. O TCE propõe que a Secretaria solicite da Polícia Militar a realização de blitz que verifique as vistorias realizadas pelo Detran e o porte do selo de autorização, aplicando penalidades quando detectadas irregularidades.

Além de Liliane, participaram da Anop no transporte escolar os analistas Ana Paula Araújo Rocha, Jaqueline Gonçalves do Nascimento, Mária Lúcia Miranda Botelho e Mônica França de Sousa. O conselheiro-relator é Gerson Bulhões Ferreira.

### Aperfeiçoamento do Ipasgo Saúde

Os usuários do Ipasgo Saúde estão insatisfeitos com a carência de especialidades médicas, de clínicas e laboratórios no interior de Goiás e com as paralisações do atendimento pelos prestadores de serviços motivadas por constantes atrasos no pagamento.

A insatisfação dos usuários também foi detectada com relação à cobrança indevida de taxa complementar de consulta por parte de alguns médicos credenciados, enquanto que os prestadores de serviços reclamam do prazo para o recebimento de faturas e com a tabela de preços praticada pelo Ipasgo Saúde.

No relatório da Anop, o TCE faz uma série de recomendações para corrigir as falhas apontadas, como a criação de uma política de estímulo ao credenciamento de novos prestadores de serviço no interior; a adoção de uma política de incentivo a denúncias de más práticas e de punição da rede credenciada em caso de descumprimento de cláusulas contratuais, dentre outras.

A apresentação da Anop foi feita pela supervisora Giovanna Paola Di Guimarães e Silva e pela analista Maria Teresa Lima. Também participaram da equipe os analistas Carmem Helena da Silva e Marcello Roriz Cruvinel e a assessora técnica Núbia Karla Mendes. O conselheiro relator é Carlos Leopoldo Dayrell.

### Goiás Pavimentado

A Auditoria de Natureza Operacional (Anop) realizada pelo TCE no programa Goiás Pavimentado, de responsabilidade da Agência Goiana de Transportes e Obras Públicas (Agetop) apontou, dentre seus "achados", que não há um critério objetivo para a escolha das obras executadas. O Tribunal observou que quando a obra rodoviária é paralisada, os serviços não concluídos são prejudicados, principalmente pela ação das intempéries e do tráfego.

Dentre as recomendações para correção do programa estão a adoção de critérios objetivos na escolha dos trechos contemplados com obras do programa, levando em conta as particularidades e necessidades de cada região; melhor planejamento da execução dos serviços para adequação aos cronogramas físico-financeiros propostos; destinação e aplicação dos recursos independentemente da sua origem, levando em consideração a melhor qualidade das obras rodoviárias.

O relatório da Anop no Goiás Pavimentado foi apresentado pelo supervisor Luiz Edison Martins Moraes e a equipe de auditoria é composta por Ivan Lúcio Santillo, Florindo Braga Coelho, Lincoln Lúcio de Paiva e Wagner Eleutério Martins. O conselheiro relator é Milton Alves Ferreira.

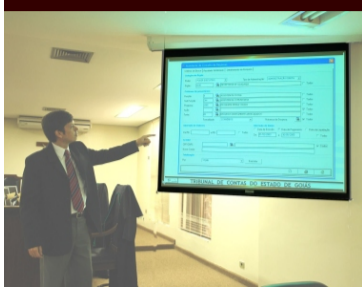
### Ampliação do abastecimento de água

A Auditoria de Natureza Operacional (Anop) no programa Implantação e Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água também teve seus resultados apresentados. A Anop foi implantada para avaliar a representatividade dos recursos aplicados, importância do benefício social e existência de municípios que adotaram sistemas autônomos de abastecimento de água e coleta e tratamento de esgoto sanitário.

A auditoria detectou como "achados" a falta de transparência no cálculo da tarifa de água e esgoto e de critérios técnicos e sociais formalmente definidos para a aplicação dos recursos; insuficiência e intempetividade dos recursos financeiros captados para o cumprimento de metas; saturação da capacidade das instalações físicas dos sistemas de produção de água.

A auditoria operacional foi apresentada aos conselheiros e servidores do TCE pelo supervisor da 2ª Divisão de Fiscalização David Pedroso de Moraes. Também fazem parte da equipe os inspetores Gustavo Bittar, Héliada de Fátima Gontijo e a analista Rosa Maria C. Mendonça. O conselheiro-relator é Naphtali Alves.





## Sistemas informatizados gerenciam atividades do TCE

A Divisão de Processamento de Dados (DPD) do Tribunal de Contas do Estado apresentou aos conselheiros, auditores e diretores os sete sistemas informatizados disponíveis e em implantação no órgão. Eles atendem aos mais diversos setores da casa, desde o protocolo até as divisões de pessoal, de orçamento, financeiro e de apoio ao controle externo.

A funcionalidade de cada um dos sistemas foi explicada no plenário do Tribunal, pelo diretor da DPD, Cássio Rezende de Assis Brito. Além desses, o TCE também oferece diversos serviços à comunidade e aos servidores por meio de seu site ([www.tce.go.gov.br](http://www.tce.go.gov.br))

### Veja como funcionam os sistemas informatizados:

#### **Digitalização de Documentos – GPro**

É o sistema de protocolo do TCE. Assim que dá entrada no órgão, qualquer documento recebe número próprio e passa a tramitar nos setores internos. O documento inicial, que dá origem a um processo, é digitalizado e sua imagem armazenada no banco de dados para consulta. Além de protocolizar o documento, é pelo GPro que os documentos são digitalizados, e todos os andamentos processuais são registrados, podendo ser consultados e seus documentos visualizados.

#### **Gerência de Rol de Responsáveis – GRol**

O GRol permite ao TCE receber, pela internet, a listagem das autoridades estaduais. O procedimento é feito por meio da internet pelos próprios órgãos fiscalizados e atende à Lei Orgânica e ao Regimento Interno do TCE, que determina o envio ao Tribunal de Contas de atos de nomeações e exonerações dessas autoridades. O gerenciamento será feito pela Secretaria Geral. O sistema está em fase de treinamento aos diversos órgãos da administração pública.

#### **Gerência de Boletos – GBol**

Gerencia as multas aplicadas pelo TCE-GO. O boleto bancário será emitido no site do Tribunal visando o recolhimento ao Fundo de Modernização do TCE. A responsabilidade pelo seu gerenciamento é da Secretaria Geral e da Divisão de Orçamento e Finanças. O GBol emite boletas, relatórios de multas recebidas e de previsão de recebimentos. O projeto foi desenvolvido e aguarda assinatura de convênio com o Banco do Brasil para ser implantado.

#### **Gerência de Orçamento - GOrc**

Faz o acompanhamento mensal do movimento contábil da execução orçamentária e financeira dos órgãos estaduais, possibilitando o cruzamento das informações com dados orçamentários e financeiros do Sistema de Informações Orçamentárias e Financeiras do Estado (Siof) e contábil da Secretaria da Fazenda. O sistema, em fase de treinamento e implantação, será gerido pela Divisão de Acompanhamento de Contas.

#### **Gerência de Pessoal Externo – GPex**

Com o objetivo de receber as prestações de contas das folhas de pagamento de todos os órgãos do Estado via internet, o GPex faz o cruzamento desses dados e emite relatórios com informações que darão suporte à realização de auditorias rápidas e precisas. A cargo da 3ª Divisão de Fiscalização do TCE, esse sistema facilitará consultas sobre quadro de pessoal, dados cadastrais dos servidores, pagamentos mensais efetuados a servidores, contratações simultâneas de um mesmo servidor, situação quanto à Lei de Responsabilidade Fiscal concernente à folha de pessoal, contratações mês a mês, dentre outras informações. O projeto está em fase de teste final e brevemente será normatizado.

#### **Gerência de Apoio ao Controle Externo – GAce**

Sistema em desenvolvimento que vai prover informações gerenciais sobre a despesa e receita do Estado, incluindo os seus fundos, via intranet, visando subsidiar o TCE-GO na realização de inspeções e auditorias. Vinculado à Contadoria Geral e à Coordenação de Fiscalização, vai permitir o cruzamento de informações da despesa orçamentária, bem como da receita com a despesa.

#### **Gerência do Financeiro – GFin**

Controla a área financeira e orçamentária do Tribunal, bem como seus fundos Rotativo e de Modernização. Emite relatórios gerenciais e fiscais para a prestação de contas e auxilia na elaboração dos orçamentos anuais do TCE. Está em desenvolvimento, a cargo da Divisão de Orçamento e Finanças.

## Tejota recebe líderes dos servidores

Os presidentes das três entidades representativas dos servidores do Tribunal de Contas do Estado estiveram no gabinete do presidente Sebastião Tejota para manifestar reconhecimento pelo trabalho desenvolvido ao longo do ano. Os dirigentes sindicais aproveitaram para informar a realização do 16º Congresso da Federação Nacional das Entidades de Servidores dos Tribunais de Contas do Brasil, em São Paulo, em que foram discutidos assuntos de interesse da categoria, em especial a proposta de unificação das carreiras dos servidores dos tribunais de contas de todo o Brasil.

Participaram da reunião o presidente do Sindicato dos Servidores do TCE (Sercon), Kleber França Pereira, o presidente e o vice do Sindicato dos Inspetores e Analistas do Controle Externo do TCE, Gildomar Hilário dos Santos e Luiz Gonzaga Cruvinel Ferreira, e a presidente da Associação dos Aposentados e Pensionistas do TCE, Vera Lúcia Jardim, além da vereadora Jacyra Alves.



## TCE e TCU assinam acordo de cooperação

O Tribunal de Contas da União promoveu em novembro a versão goiana do Diálogo Público. Na ocasião, o TCU e o Tribunal de Contas do Estado assinaram um acordo de cooperação que tem como objetivo fiscalizar a aplicação de recursos públicos federais repassados ao estado. O acordo prevê a realização de inspeções e auditorias em conjunto nas unidades estaduais de Goiás e a realização de cursos de formação e aperfeiçoamento profissional, de intercâmbio e treinamentos.

O seminário teve como tema “**O TCU na promoção da cidadania e do controle social no terceiro setor**”. Em seu discurso de abertura, o ministro Walton Alencar Rodrigues, vice-presidente do TCU, ressaltou que o tema Terceiro Setor foi escolhido por ter representatividade nacional e por ser um dos principais atores do controle social no Brasil. Atualmente, há muitas

instituições que recebem recursos federais, as quais necessitam de orientação adequada, a fim de que não cometam equívocos na sua gestão e aplicação.

**UM PROGRAMA COM HISTÓRIA** - O projeto Diálogo Público teve início em 2003 e foi concebido dentro do projeto de apoio à modernização do TCU. Em 2004 e 2005 foram realizados 54 encontros com gestores públicos por todo o país. Ao todo, 18 mil pessoas participaram dos ciclos de debates e palestras. O tema no ano passado foi “Qualidade dos gastos públicos: contribuições dos órgãos de controle à gestão municipal” e teve como objetivo o debate com prefeitos eleitos sobre temas como estrutura e controle, processo no TCU, licitações e contratos, dentre outros.





## Apresentação do Coral TCE-GO lota anfiteatro da OJC

Com o anfiteatro da Organização Jaime Câmara lotado, o Coral TCE - GO fez uma apresentação memorável, dia 18 de outubro, pelo projeto Concertos em Série 2006, promoção conjunta da Fundação Jaime Câmara e Rádio Executiva FM. O espetáculo foi aberto pelo violinista Pedro Martelli, que em seguida foi acompanhado pela mezzo soprano Joana Christina.

Na segunda parte, com regência de Joana Christina, o Coral TCE - GO apresentou canções populares de Chico Buarque, Flávio Venturini, Milton Nascimento e Fernando Brant, João do Vale e Dorival Caymmi, sem deixar de lado a goianidade com a interpretação de Noites Goianas, de J. Santana e J. Bonifácio, e o clássico em Agnus Dei (Audrey Snyder) e Kyrie (Dave e Jean Perry).

## Campanha para o Abrigo São Vicente de Paulo

O gabinete do conselheiro Edson Ferrari promoveu este ano nova Campanha de Natal, desta vez destinando a arrecadação para o Abrigo São Vicente de Paulo, que acolhe 28 idosos. No ano passado, a campanha começada pelo conselheiro ganhou a adesão do TCE e, depois, da Federação Goiana de Automobilismo, chegando a cerca de 2 toneladas de gêneros diversos que foram entregues ao Lar Mãe Sebastiana, Lar Caminho da Luz, Lar São Francisco de Assis e Creche Amália Franco.

Este ano, a prioridade são materiais de limpeza (sabão em pó, em barra etc.) e de higiene (sabonete, pasta de dente, papel higiênico, fraldão geriátrico) e material para construção (telha, tijolo, cimento etc.). As doações podem ser feitas até 15 de dezembro diretamente no gabinete do conselheiro Ferrari ou, se o doador preferir pode telefonar para 3201-9010 que o pessoal do gabinete está autorizado a ir buscar o material doado.

O Abrigo São Vicente de Paulo fica na Rua B-6 s/n° VilaAmericano do Brasil, em Goiânia.



Campanha do ano passado arrecadou produtos alimentícios

## Marcas do Tempo

Início de 1995, a nova mesa diretora da Assembléia Legislativa acabava de tomar posse e fez uma visita de cortesia à Presidência do Tribunal de Contas. Da esquerda para a direita, os deputados Humberto Aidar e Coronel Silveira, os presidentes do TCE, José Sebba, e da AL, Luiz Bittencourt, o vice do Tribuna, I Frederico Jayme Filho, e o deputado Sebastião Tejota, que onze anos depois viria a ser presidente do Tribunal de Contas.



Foto: Yocihar Maeda

## PROMOÇÃO ALTO VERÃO / NOTÍCIAS TCE

A Alto Verão vai premiar o leitor do Notícias TCE. Para participar, basta saber um pouco sobre o TCE-GO. A cada edição faremos uma pergunta, cuja resposta pode ser obtida no site do TCE ([www.tce.go.gov.br](http://www.tce.go.gov.br)): basta o leitor pesquisar. Uma carta será sorteada e, se contiver a resposta correta, será premiada com um brinde da marca Alto Verão a retirar em qualquer uma de suas lojas. Somente será aceito um cupom por participante. Envelopes contendo timbre de órgãos públicos serão desclassificados.

A comissão que fiscalizará a Promoção será composta por três servidores efetivos do TCE que promoverão o sorteio e verificarão se a resposta está correta. Não estando, será sorteada outra carta. O Notícias TCE entrará em contato com o vencedor que deverá comparecer à sede do TCE / Setor de Comunicação num prazo de 15 dias após o aviso para retirar seu vale-brinde.



### PERGUNTA:



Qual conselheiro foi mais vezes presidente do Tribunal de Contas do Estado de Goiás?

Resposta: \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_

End: \_\_\_\_\_

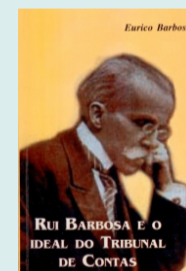
Fone: \_\_\_\_\_

E-mail: \_\_\_\_\_

Esse cupom poderá ser fotocopiado e colocado em um envelope lacrado com o seguinte endereçamento:

Tribunal de Contas do Estado de Goiás - "Promoção Alto Verão / Notícias TCE"  
Praça Cívica, 332 Centro Goiânia/Go CEP 74.003-010

### RESPOSTA DA EDIÇÃO ANTERIOR



O conselheiro aposentado e ex-presidente do Tribunal de Contas do Estado Eurico Barbosa dos Santos escreveu o livro Rui Barbosa e o Ideal do Tribunal de Contas, que está, inclusive, publicado em formato eletrônico na seção Imprensa/Artigos, Publicações e Fotos/E-books do site do TCE.

A ganhadora da promoção anterior foi Regina Gracchia, de Goiânia.